

A constituição de um *setting* institucional é trabalho contínuo. Organismo vivo, a instituição flutua (pulsa) de acordo com a maturidade e constituição da equipe, com a sintomatologia do que trata, com o discurso do meio ao qual está inserida, com o modelo sócio-político-cultural vigente e com tantas outras variáveis.

Este trabalho tem a intenção de pensar as transformações que foram ocorrendo no dispositivo de recepção de novos pacientes em uma instituição, de base psicanalítica, que trata da psicose e de casos graves e o tipo de intermediação que se faz necessária entre os microcosmos - “silêncio imposto ao que se fala lá fora” (Aulagnier, 1979, p.52) - das famílias que nos procuram e a possibilidade de tratamento.

A percepção de que a recepção é momento delicado e privilegiado nos move a pensar e teorizar as dificuldades dessas famílias em constituir um contrato com a instituição/campo social, as dificuldades institucionais em estabelecer um contrato com essas famílias e o que das formações familiares fica projetado no campo institucional muitas vezes impedindo que esses *infans*-adultos façam a passagem do privado para o público.

Os começos... assim me vi paralisada, como nunca estive, para por em palavras um tema que temos tentado processar, nas reuniões clínicas e na instituição. Um *setting* que possa dar conta da intensidade que essas famílias portam quando nos procuram. Me pergunto sobre o por quê da paralisia, por um lado me lembro de um trecho do trabalho de Marcio Giovannetti:

... somente a profunda apreensão da transitoriedade da vida, ainda que seja apenas em nível inconsciente, é que torna possível a existência da simbolização e sua radicalização, a escritura. Em o “Mal estar na cultura”, Freud (1930) assinala que a escrita é, em sua origem, a voz da pessoa ausente, dando, assim, uma conceituação simples e ao mesmo tempo seminal para o ato que nos aterroriza tanto como psicanalistas e seres humanos, pois escrever é atestar a própria mortalidade.

(Giovannetti, 2012, p.143)

A dificuldade que nos assombra ao iniciar a escritura nos remete ao testemunho da nossa própria mortalidade, o que já é suficiente para uma paralisia, mas percebo que para além dessa barreira, somada à ela, existe algo à mais. Seria este o horror de quebrar o “silêncio imposto ao que se fala lá fora” que esses grupos familiares, de certa forma, nos impõem? Seria fruto das resistências do corpo institucional?

Durante os primeiros anos, de uma instituição que já tem 17, a recepção dos pacientes ficava colocada num lugar fugidio, da ordem do recusado, quem os recebia se sentia sob uma enorme exigência e geralmente tomado por um sentimento de incapacidade parecido com o que encontro ao tentar teoriza-la. Aos poucos fomos encontrando no compartilhamento das dificuldades uma saída, não precisávamos mais ficar sozinhos com a decepção e com a exigência, mas podíamos dividir, por em palavras e assim constituir um setting composto pelos mais “velhos”, com mais experiência, que comporiam um grupo de recepção. Essa passagem ocorre no momento em que a instituição consegue fazer discriminações mais claras das diferenças geracionais e distribuir as tarefas em camadas que desafogam o diretor clínico de um lugar total, atemporal.

Os anos de experiência clínico-institucional com casos graves somados às teorias que vamos reunindo e às supervisões de equipe foram nos alertando para o que reproduzíamos na cena institucional dos sintomas daqueles que tratamos. A teoria blegeriana (1970) toma um sentido encarnado na experiência vivida, tanto a ideia de que o setting é depositário das partes mais primitivas, psicóticas, daqueles que tratamos, como sua ideia de que a instituição reproduz o sintoma de que trata, fazem-nos pensar que ao evitar ou recusar uma aproximação mais contornada com os “começos”, com a recepção, reproduzíamos algo do recusado nessas famílias.

Os começos... em seu trabalho sobre o contrato narcísico, Aulagnier (1979) propõe que “nos começos” o grupo familiar e a criança são signatários de um contrato em que o investimento da criança pelo grupo antecipa o investimento do grupo pela criança. Desde sua vinda ao mundo o grupo investiria a criança como voz futura, ela seria solicitada a repetir os enunciados de uma voz morta e garantir desta forma a permanência qualitativa e quantitativa de um corpo que se auto regenera de maneira contínua. A criança, em contrapartida ao investimento que fará do grupo e de seus modelos, pedirá que lhe assegurem o direito de ocupar um lugar independente do veredicto parental, pedirá que lhe seja oferecido um modelo ideal que os outros não possam renegar sem renegar as leis do meio.

O discurso do meio oferece ao sujeito uma certeza sobre a origem que é necessária ao acesso de uma dimensão histórica que por sua vez é essencial ao processo identificatório. O processo identificatório é indispensável para que o EU alcance o limiar de autonomia exigido para seu funcionamento.

O que o meio oferece ao sujeito singular o levará a transferir uma parte do investimento narcísico de seu jogo identificatório sobre este grupo que lhe oferece uma recompensa futura: escapar ao veredito do tempo. O tempo futuro, quando o sujeito não mais existir, poderá ser representado como uma continuação de si mesmo graças à ilusão que lhe faz acreditar que uma nova voz virá dar vida ao seu próprio discurso.

Para Aulagnier (1979), a função de padrinhos sociais será exercida pelo casal parental que investe em um modelo futuro, em um projeto identificatório, que garantiria a autoconstrução contínua do Eu pelo Eu, acedendo assim à temporalidade e à historicidade. A entrada em cena do Eu corresponderia à entrada em cena de um tempo histórico. O projeto de futuro estaria diretamente vinculado a um Eu capaz de assumir a experiência de castração e renunciar ao atributo de certeza sem renunciar ao que espera tornar-se; a esperança do vir a

ser não poderia faltar e mais do que isso deveria ser valorizada pelo sujeito e pelo meio.

Cena 1 - Paulo, até o nascimento, era para ser Paula, “o quarto já estava pronto... por sorte eram cores neutras... deu para aproveitar”, diz a mãe. Isso só pôde ser compartilhado depois de seis meses em processo de recepção. A comunicação é feita como se nada fosse, o afeto que aparece é a euforia. A família nos procura quando Paulo estava com 18 anos, um autismo inicial se apresentava agora como uma psicose, Paulo era habitado por muitas vozes que o dividiam internamente e dificultavam a comunicação, os muitos tiques o tornavam uma figura estranha e simpática. Naquele momento Paulo se encaminhava para a entrada na programação institucional, para o grupo dos irmãos. Pouco tempo depois dessa comunicação ter sido feita e concomitante à morte iminente de sua avó materna, vivemos uma cena na reunião clínica em que acontece um desinvestimento abrupto da equipe à sua entrada. Isto acontece logo após um representante da figura paterna na equipe ter solicitado a entrada rápida de uma moça que tinha mais recursos nos grupos. A decepção... de quem? A cena institucional se arma e a terapeuta que faz a recepção vive o horror de ficar sozinha, colada em Paulo, ao mesmo tempo em que a morte da avó se anuncia e que os lutos/não-lutos são ativados.

Aulagnier (1979) dirá que, no encontro *infans*-mãe, a mãe funcionaria como porta-voz em dois sentidos, tanto como aquela que o inclui em um discurso que comenta, prediz, acalenta o conjunto das manifestações do *infans*, assim como de representante de uma ordem exterior cujo discurso enuncia suas leis e exigências. A mãe oferece um material psíquico que só é estruturante porque já remodulado por sua própria psique, um material que respeita as exigências da repressão. O *infans* recebe este alimento e o reconstrói tal qual ele existia em sua forma arcaica. A oferta de um já reprimido será transformada em

um ainda não reprimido para só voltar a ser o que dele fará a repressão porque ele encontra, quando da repressão, uma forma que já foi sua.

O desejo do pai investe a criança como sinal de que seu próprio pai não o castrou, nem o odiou, reconhecendo que ele morrerá não devido ao ódio do filho, nem como punição por ter odiado seu pai, mas porque, aceitando reconhecer-se como sucessor e aceitando reconhecer um sucessor, ele aceita legar, um dia, à este último, a sua função. Ele vê no filho aquele que confirma que a morte é consequência de uma lei universal e não o preço que paga por seu próprio desejo de morte de seu pai. O narcisismo projetado na criança será apoiado em valores culturais.

Desta forma a definição dada ao contrato narcísico implica em sua universalidade já que todo sujeito seria cossignatário deste. Levando sempre em consideração a variação da libido narcísica investida por cada sujeito, por cada casal e pelos elementos do casal na contratação. Dentro de certos limites, as variações casal-meio vão ocupar um papel secundário no destino do sujeito que poderá se relacionar, em um segundo momento, de forma mais autônoma com estes modelos. Entretanto, se esses limites não forem respeitados, a ruptura do contrato pode ter consequências diretas sobre o destino psíquico da criança. Para Aulagnier (1979), a ruptura pode acontecer tanto por parte do casal que recusa as cláusulas essenciais do contrato, como por parte do meio que oferece ao casal um contrato já viciado, recusando-se a reconhecer o casal como autêntico representante do meio.

No primeiro caso ocorreria uma recusa total da mãe, do pai, ou de ambos em engajar-se ao contrato. Este desinvestimento revelaria a grave falha psíquica destes, um núcleo psicótico mais ou menos compensado. Seriam famílias que em seu fechamento “guardam seu louco” em um microcosmos para preservar um equilíbrio instável. Esse equilíbrio só se manteria enquanto fosse possível

evitar qualquer enfrentamento direto com o discurso dos outros “através do silêncio ao que se fala lá fora”.

No segundo caso, a ruptura de contrato seria responsabilidade do meio, da realidade social. Acontecimentos que podem atingir o corpo e acontecimentos efetivamente vividos pelo casal durante a infância do sujeito, o discurso dirigido à criança e as injunções que lhe foram feitas, assim como a posição de excluído, explorado, de vítima que a sociedade impõe ao casal ou à criança, são chamado por Aulagnier de realidade histórica. Seriam situações que poderiam levar à ruptura de contrato e à psicose.

Assim nos procuram esses grupos familiares, fechados em microcosmos rompidos de formas e intensidades diversas com o contrato que os inseriria no compartilhamento do campo social. O rompimento com o projeto de futuro estaria diretamente ligado com as interdições primordiais que não puderam ser metabolizadas na chegada desses novos membros já que estes apresentam-se mergulhados em patologias vinculares e familiares que se desdobram na impossibilidade da vida social e dos vínculos culturais. A passagem do indivíduo à série e da série à cultura, à comunidade dos irmãos, seria o caminho de constituição de um envoltório psíquico que fizesse frente à rivalidade fraterna, aos sentimentos hostis e pensamentos assassinos que uns têm pelos outros. Entretanto estes apresentam-se em estados primitivos da psique cujos contornos imprecisos e fronteiras mal definidas criam zonas indistintas entre o si mesmo e os outros.

Freud (1914), em *Sobre o narcisismo: uma introdução*, dirá que “sua majestade o bebê” foi sonhado pela mãe quando estava em seu ventre e já antes de se fixar ali, por ela, pelo pai e por todo o grupo familiar; o filho é sonhado como portador da esperança de realizar os sonhos de desejos irrealizados daqueles que o precederam e o geraram, apoiando, nestes, seu narcisismo primário. O psiquismo dele não está separado, está inscrito na organização

onírica inconsciente do casal e da família. Será nessa organização que seu desenvolvimento afetivo, mental e relacional poderá ocorrer. As primeiras identificações, vínculos, ideais, mecanismos de defesa, pensamentos estarão apoiados no que Kaës (2004) chamará de “berço onírico originário”, lugar primeiro do espaço psíquico comum e posteriormente compartilhado. Continuará dizendo que serão as falhas que ocorrem nesse espaço e com os processos que o sustentam que criaria, estas zonas de indistinção entre eu-outro.

Missenard (1985) dirá que a chegada de um recém-nascido provoca movimentos regressivos nos membros de uma família, colocando-os em contato com as partes infantis de sua própria história e, sobretudo, com os mitos familiares nos quais estão representadas as figuras ancestrais e o lugar que os filhos devem ocupar na família. Conclui, em acordo com o que os estudos sobre a transmissão da vida psíquica entre as gerações confirmam, dizendo que o que não pôde ser representado na psique materna será deslocado para a psique da criança. Ruffiot (1981) dirá que, nas famílias com sintomatologia psicótica, o modo de existência predominante caracteriza-se pela tentativa de se libertar da corporeidade individual, de negar as diferenças sexuais e intergeracionais.

Kaës (2004) continuará dizendo que se o sonho está ligado a essa organização psíquica inconsciente transmitida e compartilhada, abrem-se dois caminhos para a atividade onírica. Por um lado, pode-se supor que as inscrições que deixaram traços na psique do pai ou da mãe, mas que não puderam ser representadas e transformadas por um processo de simbolização primária, não poderão reaparecer nos sonhos da criança: esta não pode sonhar o que os pais não puderam transformar. De outro lado, quando os pais - ou qualquer outro sujeito que cumpra uma função onírica em um espaço comum e compartilhado - podem transformar, por meio de seus sonhos, as inscrições que congelam a

criança em uma cena mortífera, esta ganhará acesso a uma outra organização de seu espaço psíquico.

Os começos... podemos pensar que a impossibilidade de inscrição no contrato narcísico quando do nascimento de um novo membro de uma família esteja diretamente vinculada às dores e excessos que não puderam ser metabolizados, sonhados e simbolizados e que ficam congelados e se reproduzem naquela linhagem familiar muitas vezes se repetindo através das gerações. Nossa escolha de trabalhar em instituição e com dispositivos grupais encontra sua origem na soma de alguns vetores, pensamos a instituição como campo intermediário, membrana plástica que pode ser usada como facilitadora dessa passagem do privado para o campo social, desde que esta possa se manter em contínuo movimento de auto pensamento. O grupo institucional, os grupos de atendimentos e o grupo de uma forma geral carregam em si uma condição que favorece a experiência onírica.

Anzieu (1966) defenderá a tese de que “os sujeitos humanos vão a grupos da mesma maneira que, em seu sono, entram a sonhar”. Acredita que o grupo pode constituir um objeto legítimo da investigação e da prática psicanalítica, abrindo caminho para o conhecimento da realidade psíquica e de seu objeto teórico: o inconsciente. A cena intrapsíquica, onde o sonho é elaborado, se deslocaria para a cena do grupo, onde é representado. Kaës (1999) dirá que isso coloca em destaque duas ideias de Freud, consideradas em *Totem e Tabu* (1913/14) e, sobretudo, em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921). Uma delas é a de uma continuidade entre o espaço intrapsíquico e o que Kaës chama de espaços psíquicos comuns e compartilhados; a outra reforçaria a análise freudiana do estado de multidão ou de massa como formação coletiva onírica (hipnótica, diria Freud) regida pelos processos primários. Kaës considera, por retrospectão, que este seria o estatuto da horda primitiva: um sonho de grupo,

transformado em mito, que trataria da questão da origem e da causa dos laços de grupo.

Anzieu (1966) supõe que o grupo, como o sonho, é um aparelho de transformação psíquica; entretanto, para que o sonho seja produzido, é necessário que se conceba o espaço psíquico como um espaço tridimensional contornado. Da mesma maneira, para que uma cena onírica ocorra dentro de um grupo, será necessária a constituição de um espaço psíquico grupal comum e compartilhado. Para pensar essa constituição, Anzieu recorrerá ao conceito winnicottiano de *espaço transicional*, espaço em que se forma a ilusão da criança e que supõe uma experiência subjetiva e intersubjetiva de tolerância e confiança, em que coexistam, sem crise nem conflito, o dentro e o fora, o eu e o não eu, os outros e o si mesmo, o meu e o não meu, o já presente e o ainda não advindo. Experiência esta da ilusão fundadora, de uma continuidade entre realidade psíquica e realidade externa; esta também conterà o tempo da desilusão, que anunciará a diferenciação. O mesmo ocorrerá no espaço grupal: à medida que a experiência da ilusão é possível, o grupo será lugar de uma experiência prévia à simbolização e à diferenciação; a ilusão envolverá o grupo em uma membrana fértil, continente, protetora e filtrante, necessária para as aproximações com o mundo externo em seu trabalho de diferenciação. Será o envoltório necessário para que as cenas oníricas se produzam e que sua figurabilidade comece a criar novas tessituras representacionais. Entretanto, a constituição de uma envoltura psíquica grupal é uma aquisição gradativa.

Os começos...“nos começos” da constituição da Instituição Projetos Terapêuticos escolhemos como norte fundador a concepção de uma instituição não-toda, em que a castração estivesse presente como emblema identificatório. Já antevíamos os riscos que sofríamos ao tratar de psicopatologias narcísicas em que as projeções maciças de suas sintomatologias poderiam nos congelar em funcionamentos totais. A constituição de settings que pudessem criar

descontinuidades entre o dentro e o fora e escanções no tempo sempre foram cuidadosamente pensadas. Percebemos que a condição de tratamento estaria diretamente ligada à possibilidade de constituição de settings contornados que suportassem a projeção daquilo que não pôde ser metabolizado e representado nos grupos familiares mas também à nossa contínua atenção e pensamento sobre aquilo que estávamos encenando nas reproduções oníricas.

Desta forma vamos experimentando as intensidades da recepção em nossos próprios corpos, no corpo da equipe e no corpo institucional. O que se reedita?

Cena 2 - João toma conta de nossas discussões nas reuniões seguidamente, não temos espaço para mais nenhum paciente, os terapeutas que fazem a recepção de sua família são assolados pela angústia terrível de morte e o suicídio é ameaça constante. Muitos telefonemas em todas as direções para compor alguma rede de continência à disrupção. Até que vamos conseguindo metabolizar aquilo que era indizível, da ordem do recusado, vamos nos sentindo abusados. O abuso começa a ser representado, primeiro na experiência corporal da equipe, desconforto, excesso, adição à excitação... Quando conseguimos dar nome ao desconforto que encenávamos, aquilo que vinha sendo falado, como se nada fosse, toma a proporção do sofrimento e pode ser representado em palavras encarnadas, não é mais recusado, as interdições podem começar a acontecer. Os terapeutas podem falar de outro lugar dando lugar às transformações.

Podemos pensar que o equilíbrio instável em que se encontram os grupos familiares que nos procuram é rompido ao trazerem à público os sofrimentos e adoecimentos de suas formas de funcionamento (tomando aqui a instituição como representante do campo social e do “discurso dos outros” como diz Aulagnier). Ao recusar, inicialmente, a criação de um setting para dar conta de tal rompimento, podemos pensar que o corpo institucional reproduzia algo da impossibilidade dessas famílias no recebimento desses filhos em sua

chegada ao mundo e de sua inscrição no contrato narcísico. Vamos nos dando conta que o tempo da recepção até a chegada nos grupos do programa é um tempo lento, tortuoso, por vezes desistente. Aquilo que não pôde ser representado na psique dos pais precisa ser representado e muitas vezes encenado pela equipe para que algum caminho de passagem vá se estabelecendo entre os funcionamentos fechados dessas famílias e a entrada nos grupos, quando esta é possível. Para Fraiberg (1993), os fracassos dos primeiros encontros produzem um afeto de “decepção narcísica primária” que mobilizam mecanismos de defesa primitivos nos quais se reconhecem em um extremo as primeiras formas de retração da subjetividade numa linhagem autística e no outro as tentativas de cicatrização por meio de um masoquismo primário exacerbado. Entre as duas se situariam processos psicóticos, borderline, perversos ou antissociais.

## Referências

1. Aulagnier, P. (1979) *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago.
2. Anzieu, D. (1966) *Le groupe et l'inconscient*. Paris: Dunod.
3. Bleger, J. (1970) O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In: *Temas de psicologia - entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
4. Fraiberg, S. (1993). Mécanismes de défenses pathologiques au cours de lapetite enfance. In *Devenir* (5/1, 7-29).
5. Freud, S. (1990) Totem e tabu. In S. Freud, *Obras Completas* (J. L. Etcheverry, trad., Vol.13). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1913[1912-13]).
6. Freud, S. (1990) Introducción Del Narcisismo, In S. Freud, *Obras Completas* (J. L. Etcheverry, trad., Vol.14). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1914).
7. Freud, S. (1990) Psicología de las masas y análisis del yo. In S. Freud, *Obras Completas* (J. L. Etcheverry, trad., Vol.18). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1921).
8. Freud, S. (1990) El malestar en La cultura. In S. Freud, *Obras Completas* (J. L. Etcheverry, trad., Vol.21). Buenos Aires: Amorrortu (Trabalho original publicado em 1930 [1929]).
9. Giovannetti, M. (2012) Considerações sobre a escrita psicanalítica. *Ide*, n.53-vol.34, p.143-150, São Paulo.
10. Kaës, R. (2004) *A polifonia do sonho*. São Paulo: Ideias e Letras.
11. Missenard, A. (1985) Rêves de l'un, rêves de l'autre. *Psychiatries*, 67, 4, p. 43-58. Paris: AFPEP.
12. Ruffiot, A. (1981) Le groupe famille en analyse. L'appareil psychique familial. In Ruffiot, A. et al. *La thérapie familiale psychanalytique*. Paris: Dunod.

13. Winnicott, D.W. (1975) *O Brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
14. Winnicott, D. W. (1979) *O ambiente e os processos de maturação - Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.